

# O movimento feminista negro em Belo Horizonte e seus repertórios de ação coletiva

The black feminist movement in Belo Horizonte and its collective action repertoires

*Mônica de Cássia Costa Silva<sup>1</sup>*

*Carla Bronzo*

*Flávia De Paula Duque Brasil*

Entregado el: 18 de noviembre de 2022

Aceptado el: 06 de marzo de 2023

## Resumo

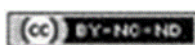
O artigo tem por objetivo abordar o movimento feminista negro na cidade de Belo Horizonte, seus repertórios de ação coletiva e de interação com o governo local. Apoiar-se em abordagens teóricas dos estudos de movimentos sociais, mobilizando o conceito de repertório de ação coletiva, bem como as interseções entre os movimentos feminista e negro e a pauta da interseccionalidade. A metodologia de cunho qualitativo recorre a levantamentos documentais e entrevistas em profundidade com ativistas do movimento feminista negro. Mapearam-se os seguintes repertórios de ação coletiva do movimento feminista negro de Belo Horizonte e de interação com o governo local: a) protestos e ação direta, b) participação institucionalizada; c) ocupação de cargos na burocracia por ativistas e d) ocupação política, por meio dos quais o movimento feminista negro tem incidido nas políticas municipais, na perspectiva interseccional.

**Palavras Chave:** Movimentos Sociais, Movimento Negro, Feminismo Negro, Interseccionalidade, Políticas Públicas.

## Abstract

The article aims to address the black feminist movement in the city of Belo Horizonte, its repertoires of collective action and its interaction with local government. It is supported by theoretical approaches from social movement studies, mobilizing the concept of collective action repertoire, as well as the intersections between feminist and black movements and the intersectionality agenda. The qualitative methodology uses documentary surveys and in-depth interviews with activists from the black feminist movement. The following repertoires of collective action of the black feminist movement in Belo Horizonte and of interaction with the local government were mapped: a) protests and direct action, b) institutionalized participation; c) occupation of positions in the bureaucracy by activists and d) political occupation, through which the black feminist movement has influenced municipal policies, from an intersectional perspective.

**KEY WORDS:** Social Movements, Black Movement, Black Feminism, Intersectionality, Public Policies.



*Espacios*  
**Públicos**

ISSN: 2954-4750, año 24, núm. 60, enero-marzo 2023, pp. 9-27

<sup>1</sup>Fundação João Pinheiro. Email de contato mccostasilva@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

O ambiente brasileiro de redemocratização nos anos 1980 marca-se pela atuação dos movimentos sociais e demais atores coletivos com suas pautas de inclusão social, apontando para a ampliação dos direitos sociais e para políticas públicas mais inclusivas e de democratização do Estado e de suas relações com a sociedade, especialmente por meio da participação social. As décadas seguintes (até os retrocessos recentes) destacam-se por avanços institucionais nas políticas sociais, bem como no campo da participação social, mediante a construção de uma infraestrutura participativa ampla e plural, por meio de conselhos, conferências e outras instituições participativas, possibilitando a incidência da sociedade civil e de suas pautas nos processos decisórios.

Alargam-se as formas de ação coletiva, para além daquelas de cunho mobilizatório e de ação direta; os movimentos sociais passam a recorrer também a repertórios que envolvem interações com o Estado, como a participação em instituições participativas (Abers, Serafim, Tatagiba, 2014). Por meio de diferentes repertórios de ação coletiva, os movimentos têm em vista incidir na produção de políticas públicas a partir de suas pautas. Na esteira das reivindicações dos movimentos sociais, questões como igualdade de gênero e racial ganharam centralidade, provocando reflexões no âmbito da sociedade e respostas estatais por meio de políticas públicas.

No Brasil, os movimentos como o feminista e o negro utilizaram de um amplo repertório de ação coletiva para avançar em questões ligadas à igualdade de gênero e igualdade racial. Ambos pautaram o debate público a partir de suas trajetórias de mobilização e de organização datadas das décadas de 1970/1980. No interior destes movimentos, as mulheres negras encararam o desafio de pautar suas demandas próprias, que nem sempre foram acolhidas ou endereçadas, considerando suas especificidades atravessadas pelas opressões de gênero e raça. Entretanto, por não conseguirem reverberar suas demandas específicas, tanto no movimento negro quanto no movimento feminista, elas organizaram um movimento próprio, em busca de autonomia e emancipação, conhecido como movimento feminista negro, cujo propósito não é a separação dos movimentos, mas sim aglutinar as bandeiras de lutas, mobilizando ações de combate ao machismo e ao racismo. Mais além, tal movimento busca a inserção das mulheres negras nos espaços de debate e na formulação de políticas públicas.

Em contextos políticos favoráveis, as ativistas permearam as estruturas do Estado por meio de ocupação de cargos, atuação em instâncias participativas, entre outras formas de ação coletiva e conseguiram avanços em termos de acesso a direitos. O cenário recente (de 2016 a 2022), contudo, indica retrocessos e impermeabilidade do Estado.

Neste posicionamento, as mulheres negras tiveram e têm papel fundamental e vêm contribuindo de forma decisiva para que os movimentos feminista e negro se configurem efetivamente como movimentos inclusivos que abarquem as reivindicações de igualdade de gênero, ao lado da luta antirracista.

Na perspectiva de compreender a atuação do movimento feminista negro, com o foco na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, o presente artigo tem por objetivo analisar os repertórios de ação do referido movimento e de sua interação com o poder público municipal, tendo em vista sua incidência na produção de políticas públicas, a partir da interseccionalidade entre gênero e raça.

O foco na cidade de Belo Horizonte justifica-se por esta ser pioneira na criação de órgão institucionais de políticas públicas voltadas para a população negra, fruto de uma atuação pulsante do movimento negro local. Desta forma, torna-se relevante investigar a atuação e a incidência do feminismo negro neste contexto.

Com caráter descritivo e exploratório, em uma abordagem qualitativa, a metodologia apoia-se na revisão de desenvolvimentos teóricos e analíticos relativos aos movimentos sociais e, especialmente, ao movimento feminista negro, mobilizando, nestes campos teóricos, os conceitos de repertórios e de interseccionalidade, respectivamente. Para efetuar a revisão, além de obras de referência, foram consultadas as bases de artigos científicos do portal Scielo e do Google Acadêmico.

Na abordagem empírica, efetuaram-se levantamentos documentais nos sites da Prefeitura de Belo Horizonte e dos movimentos e foram realizadas seis entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro semiestruturado, com mulheres representantes do movimento feminista negro de Belo Horizonte. As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2021, sendo cinco em formato virtual, por meio da plataforma Zoom e uma presencial com os devidos cuidados de distanciamento e proteção ao coronavírus. O Quadro 1 sintetiza o perfil das entrevistadas e sua atuação no município de Belo Horizonte:

**Quadro 1:**

## Perfil das Entrevistas

<b>Entrevista</b>	<b>Perfil</b>
Entrevista 1	35 anos, graduada em Serviço Social. Ocupou o cargo de Diretora de Política para Mulheres de 2017 a 2020. Iniciou sua trajetória ativista no movimento estudantil
Entrevista 2	39 anos, graduada em Serviço Social e mestranda em Ciência Política. Ocupou os cargos de presidenta do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte, no mandato de 2019 a 2021, na representação da sociedade civil. Tem atuação ativista nos movimentos feminista e negro.
Entrevista 3	52 anos, graduada em Pedagogia. Militante do movimento feminista negro há 40 anos, tem vasta trajetória na atuação na gestão pública, na liderança de organização de mulheres negras e como consultora em temas referentes a gênero e raça
Entrevista 4	58 anos, designer de moda africana. Ocupa o cargo de Diretora de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial. Militante do movimento feminista negro desde a década de 1980, atuou em vários órgãos de política para a população negra em âmbitos federal, estadual e municipal
Entrevista 5	59 anos, Pedagoga, coordenadora de um órgão municipal ligado à política ambiental e coordenadora do Movimento Negro Unificado em Belo Horizonte
Entrevista 6	28 anos, metroviária, egressa da Universidade Federal de Minas Gerais. Ocupa o cargo de vereadora eleita pelo PSOL. Iniciou a trajetória militante no movimento estudantil

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados nas entrevistas

Como instrumento de análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), sendo que para a análise do *corpus* da pesquisa, foram definidas as seguintes categorias: identidade negra; trajetória ativista/militante em movimentos sociais; repertórios de ação coletiva e de interação; atuação em políticas públicas de caráter interseccional; percepção sobre o movimento negro/feminista negro e sua incidência nas políticas públicas em Belo Horizonte; desafios e perspectivas para o movimento feminista negro em Belo Horizonte

O artigo desenvolve-se em 3 seções, além dessa introdução e das considerações finais. A segunda seção traz aportes dos estudos de movimentos sociais, especificamente de repertório de ação coletiva e de interação. A terceira seção aborda o tema do movimento de mulheres negras e da interseccionalidade. A seção seguinte analisa o movimento feminista negro de Belo Horizonte, seus repertórios de ação coletiva e de interação com o governo local e sua incidência nas políticas públicas.

## MOVIMENTOS SOCIAIS, REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA E INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As diferentes correntes de abordagens dos estudos dos movimentos sociais caracterizam-se por sua polissemia. Diani (1992:3) define os movimentos sociais como “redes e interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”.

Alonso (2009:72), sobre a convergência de interesses que dá origem aos movimentos sociais, afirma que estes podem surgir tanto a partir de enfoques objetivos, quanto subjetivos. Ou seja, os movimentos emergem tanto pelo engajamento em torno de pautas concretas, quanto pela formação de “solidariedades e identidades coletivas” e completa:

Movimentos sociais seriam uma estruturação policêntrica, frouxa, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, pelas quais circulariam recursos, valores, informação, poder. (ALONSO, 2009:73)

As concepções contemporâneas que constituem referências para o campo de estudo dos movimentos sociais emergiram a partir da década de 1970, como forma de explicar novos fenômenos sociais caracterizados por mudanças culturais e protagonizados por novos atores que reivindicavam o reconhecimento de suas identidades e direitos decorrentes.

Neste campo de desenvolvimentos teóricos em diversas linhas, para a abordagem deste trabalho, destaca-se a Teoria do Processo Político (TPP), construída a partir da ampliação do foco analítico dos movimentos sociais, dadas as tematizações e a visibilidade de novas questões nos contextos político e social. Como exemplo tem-se as questões ambientais, as questões relativas às identidades sexuais, além das releituras dos movimentos pelos direitos civis e de mulheres. (Gohn, 2002).

A teoria do processo político considera enfaticamente o papel do contexto político mais amplo na mobilização e na atuação dos movimentos sociais. Nessa linha, Tarrow (1994) analisa o surgimento dos movimentos sociais a partir das oportunidades políticas existentes. Para o autor, as estruturas de oportunidades políticas são dimensões formais e informais do ambiente que canalizam a expressão de reivindicação de grupos e são relevantes para a compreensão da emergência e desenvolvimento dos cursos de ação dos movimentos.

Para compreender as dinâmicas da mobilização política, uma categoria analítica central na TPP é o conceito de repertório, cunhado por Charles Tilly (1978), que busca abordar as formas com as quais os movimentos performam a ação coletiva, designando um “pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (Alonso, 2012:22). Nesse sentido, segundo Pereira e Silva (2020:619): os repertórios de ação consistem em “conjuntos historicamente limitados de formas de ação conhecidas e consideradas legítimas por indivíduos e grupos em determinado momento no tempo e no espaço, assim se tornando rotineiras”.

Para Tilly (2010), a forma de ação [repertório] que caracteriza o movimento social difere de outros fenômenos políticos devido à articulação entre o grupo demandante, o alvo da demanda e o tipo de público. Ainda segundo o autor: “o que constitui um movimento social não são apenas as ações dos demandantes, os objetos de demanda ou o público, mas a interação entre esses três elementos” (Tilly, 2010:137). Nas palavras do autor: “o repertório também inclui diversas variedades de greves, petições, a organização de grupos de pressão e algumas outras maneiras de articular queixas e demandas” (Tilly, 1978:152, tradução nossa).

Os movimentos sociais no Brasil têm uma trajetória de lutas bem marcada no período da ditadura militar (1964-1985), em que se destacam a atuação do movimento estudantil e, posteriormente, outros movimentos populares liderados pela Igreja Católica, cujo foco da atuação era a resistência ao autoritarismo estatal. Em meados da década de 1970, surge o movimento sindical, reivindicando a democratização do Estado e das relações trabalhistas e, ao final deste período, o movimento pela anistia e o fim da ditadura militar. Também no período se destaca o surgimento de lutas identitárias que reforçaram a atuação feminista e étnico-racial, ao lado do movimento ambientalista. Tais lutas enquadram-se na abordagem dos novos movimentos sociais, que se configuram como novos atores coletivos que demandam uma democratização social pautada em mudanças culturais e de costumes, ou seja, na democratização da sociedade. A partir do contexto da redemocratização brasileira, os movimentos sociais passaram a reivindicar o acolhimento de suas pautas sob a forma de direitos e políticas públicas na nova Constituição em elaboração. Esta aproximação dos movimentos com a estrutura estatal permitiu que nesses contextos de oportunidades políticas os mesmos pudessem atuar de forma institucionalizada e ocupar maior espaço nas arenas de participação para pautar suas demandas (Scherer-Warren, 2007; Alonso, 2009, Abers, Serafim, Tatagiba, 2014).

A partir deste breve resgate da trajetória e organização dos movimentos sociais brasileiros pode-se notar que o repertório de ação coletiva, tal como proposto à luz da TPP, ao resytringir a atuação dos movimentos à esfera extrainstitucional e enfatizar o caráter conflituoso da relação entre os movimentos sociais e o Estado, apresenta limitações no que se refere à possibilidade de moldar interpretações em uma perspectiva colaborativa dos movimentos sociais (Abers, Serafim, Tatagiba, 2014).

Neste sentido, como pontuam Abers, Serafim e Tatagiba (2014):

Embora a noção de repertório de ação coletiva seja muito útil por nos permitir compreender a ação dos movimentos sociais, combinando a dimensão da estrutura com a agência, ela apresenta limites para a compreensão de uma realidade como a brasileira (...) Os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com Estado (o que nos permitiria trabalhar como conceito original de repertório de Tilly) mas também investiram pesadamente em ações por dentro das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política. (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014:331)

Nesta direção, o conceito de repertório de ação coletiva tem sido revisitado e reapropriado nos estudos brasileiros recentes sobre movimentos sociais. As autoras Abers, Serafim e Tatagiba (2014), ao ressignificarem tal conceito, propõem o conceito de repertório de interação, visando a incorporar as estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros em suas relações com o Estado. As autoras identificaram os seguintes repertórios de ação coletiva e de interação dos movimentos com o Estado:

*Protestos e ação direta.* Historicamente, movimentos sociais expressam demandas e, ao fazê-lo, pressionam os atores estatais a negociar através da demonstração de sua capacidade de mobilização.

*Participação institucionalizada.* Esta forma de interação é caracterizada pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas, aceitas pelos envolvidos (e em alguns casos, estabelecidas pela lei). (...) A participação é geralmente indireta, envolvendo diferentes formas de representação (por exemplo, representantes da sociedade civil são escolhidos em assembleias compostas por grupos da sociedade civil ativos no setor de política). (...) No Brasil, três modelos de participação institucionalizada tornaram-se predominantes: o orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas e as conferências.

*Política de proximidade:* Esta forma de interação Estado-sociedade funciona através de contatos pessoais entre atores de Estado e sociedade civil. Atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos (...). Os militantes frequentemente avançam suas bandeiras e objetivos através da negociação direta com os tomadores de decisão, tanto no Legislativo quanto no Executivo.

*Ocupação de cargos na burocracia:*

Para alguns movimentos sociais brasileiros, ocupar posições no governo é uma estratégia comum para o avanço de seus objetivos. Ocupar posições no governo gera efeitos de retroalimentação sobre outras rotinas de interação. (Abers; Serafim; Tagiba, 2014:332-333)

Ainda na perspectiva de identificar dinâmicas de interação dos movimentos sociais com as estruturas estatais, Rodrigues e Freitas (2021:3) apontam para a ocupação política institucional, caracterizada “pela crescente presença de mulheres negras concorrendo e exercendo mandatos legislativos”. Tal repertório, utilizado pelo movimento de mulheres negras na atualidade, visa suprir a lacuna da sub-representatividade, possibilitando a sua incidência nos espaços de tomada de decisão e de formulação de políticas.

Por meio dos diversos repertórios de ação coletiva e de interação com o Estado, os movimentos sociais buscam a incorporação de suas demandas na agenda das políticas públicas. Conforme Diani e Bison (2010):

A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos. (Diani e Bison, 2010: 221)

Os movimentos sociais ora pressionam o Estado, ora cooperam com ele, mas, sobretudo, operam no sentido de criar uma perspectiva coletiva emancipatória acerca dos problemas sociais, pautando o debate público sobre a necessidade de enfrentamento destes problemas por meio das políticas públicas (Souza, 2006). Na perspectiva de colaboração, os movimentos sociais têm a possibilidade de atuar ao longo das etapas do ciclo das políticas públicas, e atuam no sentido de desafiar o *status quo*, propondo ações de potencial transformador da sociedade ou no sentido da defesa de posições em momentos de retrocessos e ameaças aos direitos sociais.

Neste sentido, o movimento feminista negro, surgido da tensão entre o movimento feminista e o movimento negro, vocaliza as demandas das mulheres negras na arena dos debates e disputas das relações de bases patriarcais e de questões étnico-raciais.

## MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E INTERSECCIONALIDADES

Para compreender, a partir de uma categoria analítica, este movimento que busca a emancipação das mulheres negras enquanto sujeitas de direitos, é importante trazer para a discussão o conceito de interseccionalidade, o qual poderia ser considerado o fundamento teórico do feminismo negro, a partir do entendimento das diversas camadas de opressão que perpassam a existência das mulheres negras.

O avanço das reflexões e das reivindicações das mulheres negras acerca da incorporação da pauta racial, como camada de opressão que se cruza ao gênero, trouxe à centralidade do debate o conceito de interseccionalidade. Tal termo foi cunhado pela jurista afroestadunidense Kimberlé Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002:177)

A partir desta lente, as mulheres negras deram visibilidade às suas experiências de vida, entrecruzadas por vários eixos de poder, tais como raça, etnia, gênero e classe, os quais não se apresentam de forma hierarquizada, mas atravessadas ou sobrepostas, tal como uma avenida, em uma conceituação metafórica (Crenshaw, 2002). Nestas avenidas, “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram” (Crenshaw, 2002: 177). Nesta perspectiva, a interseccionalidade traz a ideia de superação de um feminismo eurocêntrico e de classe média (Rios; Perez; Ricoldi, 2018).

Segundo Collins e Bilge (2021), abordando a realidade das mulheres brasileiras, a perspectiva interseccional foi utilizada como estratégia de articulação, organização e defesa de uma política identitária coletiva das mulheres negras, uma vez que, no interior dos movimentos feministas, antirracistas e da classe trabalhadora, de forma isolada, não foram equacionadas, adequadamente, suas questões específicas. Em resposta, criaram um movimento próprio.

Nenhum de seus aliados mais próximos - homens negros no movimento negro, ou mulheres brancas no movimento feminista, ou socialistas que defendiam os direitos da classe trabalhadora - defenderia visceralmente os principais interesses dessas mulheres com tanto fervor quanto elas mesmas (Carneiro, 1995 *apud* Collins; Bilge, 2021:45)

Em produção mais recente que tem contribuído para a difusão do termo, Akotirene (2019) traz uma concepção interseccional marcada pela experiência da diáspora, a partir de uma visão afrocentrada e ancestral. Em sua metáfora, a autora substitui as avenidas identitárias de Kimberlé Crenshaw pela encruzilhada da cultura iorubá:

É oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravidão, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano.

Segundo profecia iorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados.

Aqui, ao consultar quem me é devido, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que responde como a voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito. (Akotirene,2019:15)

Desta forma, a dimensão da interseccionalidade, além de possibilitar uma leitura da sociedade, enquanto conceito que expõe desigualdades amparadas no patriarcado, no racismo e na cisheteronormatividade, se apresenta como ferramenta analítica capaz de instrumentalizar a produção de políticas públicas (Casemiro; Silva, 2021). Collins e Bilge (2021) complementam:

(...) ao contestar o mito de que a democracia racial foi alcançada, ou que o movimento negro podia lidar com as preocupações de gênero das mulheres, ou que o feminismo brasileiro era adequado para todas as mulheres, o ativismo pela justiça social do movimento de mulheres negras no Brasil fornece um ângulo de visão novo sobre a desigualdade social e a justiça social. (Collins; Bilge, 2021: 261)

De posse desta ferramenta analítica e de intervenção social e política, as mulheres negras se articularam no sentido de pautar suas questões específicas nas teorias e práticas dos movimentos feminista e negro.



Quando se aborda a trajetória de luta pelos direitos das mulheres, as mulheres negras têm a sua história invisibilizada. Porém, a sua atuação remonta ao período colonial, na luta abolicionista e na luta antirracista no pós-abolição (Almeida, 2020). Werneck (2010) afirma que as mulheres negras tiveram participação destacada no empreendimento de ações de resistência à escravidão. Desta forma, pode-se reivindicar que estas foram as primeiras feministas brasileiras, cuja luta começou com a “primeira embarcação escravista” (Monagreda, 2018:174), embora “essa trajetória de ativismo, protagonismo, luta e resistência tenha sido constantemente invisibilizada e estereotipada pelos mecanismos estruturais de controle e dominação” (Almeida, 2020:70).

As mulheres negras reivindicam o direito de terem a sua identidade e especificidades reconhecidas afirmando que as características de sua opressão se diferem das mulheres brancas e, por isso, devem ser contempladas numa agenda de lutas específicas. Contudo, tanto o movimento feminista quanto o movimento negro silenciaram-se diante das opressões que articulam racismo e sexismo, reproduzindo, assim, estas mesmas formas de opressão, de modo que questões específicas das mulheres negras não foram acolhidas, situando-as em “posição bastante desfavorável”. (Rodrigues; Prado, 2010:449).

Nesta direção, o feminismo negro situa-se no ponto de inflexão entre os debates das questões de gênero do movimento feminista e das questões raciais no movimento negro (Silva; Ladeira; Brasil, 2021). As mulheres negras tensionaram tanto o movimento feminista quanto o movimento negro para criar narrativas e práticas de ação coletiva que contemplassem suas demandas.

A partir desta "encruzilhada", Sueli Carneiro (2019) nos convoca a “Enegrecer o Feminismo”. Segundo a autora, enegrecer o movimento feminista brasileiro significa incluir na agenda do movimento de mulheres o peso da questão racial na identificação de questões específicas que atingem a população negra.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes das variáveis raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres

do nosso país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres e, por outro, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (Carneiro, 2019: 52).

Neste cenário de conflito, as demandas das mulheres negras ganharam relevância e visibilidade, apontando para a necessidade de uma forma específica de mobilização política e social. O feminismo negro, enquanto movimento social, tem como objetivo extrair a vivência das mulheres negras com relação às (mas não somente) suas condições de emprego, renda, educação, acesso aos serviços públicos e exposição à violência; e dar visibilidade às reivindicações de suas demandas específicas. O adjetivo “Negro” se dá no sentido da ênfase do caráter antirracista do movimento (Dias; Araújo, 2021) e na perspectiva de ressaltar as especificidades da luta feminista para as mulheres negras.

Werneck (2010:11) aponta que as mulheres negras, como agentes históricas e políticas, recorreram, desde a diáspora africana, a “diferentes repertórios ou pressupostos de (auto)identificação ou de identidade e de organização política”. A autora destaca a figura de Ialodê, uma liderança feminina que indicava a representante das mulheres nos espaços de tomada de decisão coletiva. Desde a organização dos quilombos, as irmandades de tradições religiosas, as associações e outras formas de organização social feminina negra são estratégias políticas para as mulheres se colocarem na arena pública e falarem por suas próprias vozes.

A base do pensamento feminista negro, segundo Collins (2019) ampara-se na capacidade de se autodefinir e reconhecer identidades individuais e coletivas. Sobre o ativismo de mulheres negras, Collins (2019) o aborda em duas dimensões. A primeira dimensão diz sobre a luta pela sobrevivência do grupo, luta que leva as mulheres negras a criarem estratégias de resistência no interior das estruturas sociais. Já a segunda dimensão se refere à luta pela transformação institucional, ou seja, “iniciativas que buscam mudar políticas e procedimentos discriminatórios no governo, nas escolas, no mercado de trabalho, na imprensa, no comércio e em outras instituições sociais” (Collins, 2019:332-333).

A autora também aponta a compreensão da noção de empoderamento como estratégia de tomada de consciência individual para a promoção do desenvolvimento da comunidade negra e para o combate às injustiças sociais e às opressões interseccionais de raça, classe e gênero. Desta forma, por meio de uma tomada de consciência de sua identidade racial, as feministas negras veem no engajamento aos movimentos sociais a estratégia para lutarem por transformação social por meio da incidência nas políticas públicas.

Neste sentido, o feminismo negro tem apontado o caminho por meio do qual as mulheres negras têm feito suas vozes serem ouvidas. A partir de estratégias de interação com o Estado, espera-se que essas vozes se transformem em políticas públicas formuladas com atenção às discriminações interseccionais de gênero e raça, de modo que estes marcadores das opressões não sejam reproduzidos (Assis, 2020). Parafraseando Ângela Davis (2017) que disse que “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, quando a política pública contempla as demandas da mulher negra, toda estrutura da sociedade é contemplada.

### **O Feminismo Negro em Belo Horizonte: Trajetória, repertórios de ação coletiva e de interação e as políticas públicas municipais**

O movimento feminista negro emerge da luta feminista e antirracista, tendo sido impulsionado na década de 1980, período de organização de vários outros movimentos sociais, no contexto da redemocratização do país. (Almeida, 2020). Sobre as motivações que levaram à organização do feminismo negro brasileiro, Carneiro (2019) aponta:

A mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que as estigmatizaram; por uma real inserção social; pelo questionamento das

desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade; e contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero (Carneiro, 2019:167).

As mulheres negras de Belo Horizonte tiveram papel fundamental na consolidação do movimento negro na cidade, contribuindo para que as questões raciais fossem introduzidas no movimento de mulheres e as questões de gênero fossem debatidas no movimento negro. Elas atuaram (e ainda atuam) na organização das lutas contra a opressão de raça e gênero e fomentaram/fomentam discussões importantes sobre direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a juventude negra, acesso à educação, dentre outras., expressando-se por meio da arte, da cultura, das tradições religiosas e do engajamento político.

A trajetória do movimento feminista negro em Belo Horizonte teve impacto significativo na produção de políticas públicas na cidade. As entrevistas demonstram mulheres engajadas que se destacam tanto pelas suas atuações na formulação de políticas, imprimindo um caráter interseccional nesta agenda, quanto na implementação destas políticas. Esta atuação no âmbito do movimento feminista negro de Belo Horizonte contribuiu para que as demandas das comunidades e do povo negro, que constroem a cidade, pudessem ser acolhidas na agenda governamental, seja nas questões raciais, de gênero, bem como em outros setores de políticas públicas. Cabe destacar que Belo Horizonte é uma cidade negra. 60% da população se declara preta ou parda, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010. Diante desta realidade, os homens e mulheres negros possuem uma trajetória de organização política e mobilização social.

Para que as demandas se transformem em políticas, para além das ações na linha do ativismo, os movimentos se estabelecem como atores políticos em constante diálogo e aproximação com os poderes institucionais. Os repertórios de ação são os meios pelos quais os movimentos negociam, ocupam posições estratégicas e agem por dentro das instituições do Estado (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014).

Considerando as categorias apontadas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), que são: os protestos e a ação

## Protestos e ação direta

Nesta categoria, destaca-se participação do movimento feminista negro de Belo Horizonte na Marcha das Mulheres Negras em 2015, um dos marcos centrais na luta do feminismo negro no Brasil.

De forma geral, as marchas, de acordo com Abers, Serafim e Tatagiba (2014:332), constituem uma forma de protesto exemplar utilizada, dentre outras, para “publicizar conflitos, reforçar identidades e compromissos e demonstrar o poder dos números”. Ainda segundo as autoras, este repertório é utilizado pelos movimentos para pressionar negociações com os atores estatais e demonstrar capacidade de mobilização.

A Marcha das Mulheres Negras aconteceu no dia 18 de novembro de 2015 e mobilizou, segundo dados da organização, cerca de 50 mil mulheres. A ideia de mobilizar as mulheres negras em marcha contra o racismo e pelo bem-viver até Brasília foi gestada durante o “Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI: Encontro Ibero Americano do Ano dos Afrodescendentes”, realizado em Salvador/BA, em 2011 (Silva; Ladeira; Brasil, 2021). Em Belo Horizonte, o movimento feminista negro teve uma atuação ativa tanto na organização quanto na participação da Marcha. O Nzinga Coletivo, uma organização do movimento feminista negro, cuja criadora é a Entrevista 3, foi uma das protagonistas na articulação do grupo de Belo Horizonte, organizando-se e estruturando-se para viabilizar a participação em Brasília. Como parte desta preparação, houve uma pré-Marcha, como forma de visibilizar o tema “contra o racismo e a violência e pelo bem-viver” e mobilizar as mulheres negras da cidade, em marcha “desde a Praça Sete até a Praça da Estação, em um movimento crescente, de dimensões inimagináveis”, afirma a Entrevista 3, em referência ao trajeto entre duas importantes praças na região central de Belo Horizonte, que são, tradicionalmente, pontos de concentração de manifestantes.

A Marcha das Mulheres Negras demonstrou a diversidade, a pluralidade e a “união da visão de diferentes mulheres negras sobre sua realidade no Brasil” (Lemos, 2016:233). Segundo Sales (2009), as comunidades religiosas de matriz africana são incorporadas pelos movimentos sociais negros, em suas narrativas políticas, como parte da luta histórica por emancipação. Neste sentido, a ancestralidade presente na Marcha demonstra a luta contra a intolerância religiosa, como bandeira do movimento negro, bem como o respeito “às que vieram antes de nós”. As mulheres de tradição das religiões de matriz africana, representantes do feminismo negro em Belo Ho-

rizonte estiveram presentes “com seus turbantes, seus feitiços, seu cheiro, seu axé, sua luta, suas guias, orações, oráculos e cantigas” conforme relatado na Entrevista 5. A Marcha resgatou e deu visibilidade à força mulheres de tradição e mantenedoras da vida africana.

A Marcha também representou o poder de auto-organização, articulação e autonomia do movimento feminista negro em Belo Horizonte e, conseqüentemente, o fortalecimento do movimento na cidade. De acordo com as entrevistas, a Marcha das Mulheres Negras teve significativa importância, no sentido de reafirmar a força política das mulheres negras e a capacidade de articulação, reforçando o papel do Movimento Feminista Negro na vanguarda das lutas contra todas as formas de opressão. Como resultado da participação das mulheres negras de Belo Horizonte, surgiu, no âmbito do Estado, a Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, apontando para um processo de reorganização das organizações de mulheres negras. A Marcha das Mulheres Negras também teve sua importância do ponto de vista da união de várias gerações de feministas negras, desde as pioneiras do movimento àquelas mais jovens, deixando um legado de aprendizagem e de honra às mais velhas, conforme apontado na Entrevista 2.

## Participação institucionalizada

Um dos modelos de participação institucionalizada no contexto brasileiro são os conselhos de políticas públicas. Abers, Serafim e Tatagiba, (2014:332) apontam que este modelo se caracteriza pela “governança compartilhada, e por um papel central por parte dos atores estatais em criar e conduzir o processo” Avritzer (2009:44) complementa afirmando que os conselhos de políticas públicas “constituem desenhos institucionais de partilha do poder e são constituídos pelo próprio Estado, com representação mista de atores da sociedade civil e atores estatais”.

A tradição participativa de Belo Horizonte remonta à década de 1990, desde a Lei Orgânica do Município, que prevê o princípio da participação popular e a organização dos conselhos (Azevedo; Abranches, 2001). A partir do início da referida década, notadamente nos governos do Partido dos Trabalhadores e de suas coalizões, implementou-se o Orçamento Participativo (OP) (Avritzer, 2009), além da construção de uma infraestrutu-

ra participativa ampla, com conselhos e conferências municipais em diversos setores das políticas públicas.

O movimento feminista negro, no município de Belo Horizonte, recorre à participação institucionalizada como repertório de interação com o Estado, por meio da participação nos conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) e dos Direitos da Mulher, além do Orçamento Participativo (OP).

Com relação ao OP, o movimento feminista negro de Belo Horizonte esteve à frente da gerência na Regional Nordeste. Na ocasião, foi feita uma “mobilização negra”, conforme apontado pela Entrevista 3, de forma a direcionar o orçamento para melhorias nas vilas, realização de obras, com a participação das lideranças locais. Nota-se a importância de ter mulheres negras ocupando este espaço de discussão de orçamento público, no sentido de saber quais são e de ter vivido as experiências das necessidades das comunidades que serão atendidas pelas políticas, de acordo com o relato:

Eu fui gerente do Orçamento Participativo da Regional Nordeste. Eu nasci naquela regional, no Bairro Pirajá, então, eu conheço bastante gente de lá. Foi muito sensacional a mobilização negra que nós fizemos, foi muito bacana a gente pensar a cidade, conseguir repensar as vilas, construir obras (Entrevista 3).

Sobre os conselhos, estes são espaços legitimamente institucionalizados onde os movimentos sociais interagem com o poder público. O movimento feminista negro de Belo Horizonte tem participado dos conselhos, inclusive mediante a atuação de suas representantes como presidenta e vice presidenta no COMPIR e presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher foi fundado no ano de 1995, no contexto já mencionado de construção de uma infraestrutura participativa no municí-

pio. As mulheres negras tiveram participação ativa no sentido de “enegrecer um conselho que era todo branco”, de acordo com o relato da Entrevista 3, também pressionando para a inclusão e endereçamento de suas pautas e demandas. Com relação ao COMPIR, especificamente, foi apontado o fato de o Conselho não possuir um fundo próprio como um fator que limita o poder de incidência e, de forma velada (ou não), reafirma o racismo institucional:

Os conselhos, quando não têm fundo, como é o caso do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte, se torna um conselho que aparentemente não faz muita incidência política e isso é muito ruim. A questão democrática e participação ficam esvaziadas. Porque, efetivamente, o conselho não consegue incidir no Estado como deveria (Entrevista 2).

Tanto o COMPIR quanto o Conselho da Mulher tiveram um papel fundamental na construção das políticas públicas, ao atuarem ativamente no processo de elaboração do Plano Municipal de Igualdade Racial de BH (2019) e do Plano Municipal de Equidade de Gênero (2019), e no monitoramento da implementação das políticas propostas. A dimensão da interseccionalidade está presente na atuação destes conselhos, na medida em que as políticas contemplam de maneira sobreposta as questões de gênero, raça/etnia e classe. No Plano Municipal de Equidade de Gênero (2019), esta dimensão está explícita:

O conceito de gênero usado nesse Plano Municipal de Equidade de Gênero pode ser compreendido como uma categoria de análise, assim como raça, classe social, religião, entre outras. Pela perspectiva da **interseccionalidade**, tais categorias articulam-se, produzindo relações de poder desiguais, na sociedade. Esse conceito enfatiza o

seu aspecto relacional, pois nos constituímos homens e mulheres e construímos nossa identidade nas relações sociais, afetivas, familiares e comunitárias que estabelecemos (Plano Municipal De Equidade De Gênero, 2019).

A vivência na militância pelas integrantes dos movimentos sociais traz sensibilidade ao diálogo e permite maior compreensão de como endereçar as demandas coletivas para a agenda dos órgãos governamentais. Torna-se um desafio quando, por parte da representação do poder público, encontra-se uma pessoa militante de movimentos sociais que entende, vivencia e luta pelas necessidades da população, mas precisa equacionar sua posição institucional formal e apresentar os limites da atuação da representação do poder público, que está sujeito às regulamentações da administração pública. Esse ponto é apresentado pela Entrevista 1 cujo relato expõe este desafio quando era a diretora de Políticas para as Mulheres e acumulava a função de presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres:

No Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, que eu era vice-presidenta, eu também levava paulada a torto e a direito. O que é comum. Eu já sabia disso. E, hoje as conselheiras me ligam: *“Nossa, pois é, como era bom, né? Quando a gente fazia tal coisa e tal coisa...”*. Era um espaço em que tínhamos tensões, mas que eu sempre tentava dar a forma possível sobre o que o Conselho estava decidindo. Porque, de fato, existe o desconhecimento da máquina pública e eu não podia deixar passar. (Entrevista 1).

Contudo, conforme indicado nas entrevistas a despeito das limitações da participação institucionalizada, mostra-se importante que os movimentos ocupem estes espaços. Isso gera fortalecimentos e aprendizagens, sobre-

tudo, quando se trata de movimento de mulheres negras que, devido ao racismo estrutural e institucional, historicamente não ocupam espaços de poder, de tomada de decisão, de incidência política. Portanto, os conselhos são espaços fundamentais para o exercício desses micropoderes.

Um desafio que se coloca aos conselhos de políticas públicas é o de ampliar a participação social. Ter mulheres presentes nas instituições de participação, por meio das organizações do movimento feminista negro, é importante para estabelecer um canal de diálogo com o poder público, de modo a formalizar o encaminhamento das reivindicações e obter o reconhecimento, enquanto interlocutoras legítimas.

### Ocupação de cargos na burocracia

Neste repertório, os movimentos sociais atuam por dentro das estruturas do Estado para influenciar nas políticas públicas. É um repertório explorado pelos movimentos sociais quando os governos são percebidos como aliados. (Abers, Serafim e Tatagiba (2014). As autoras afirmam que, na maioria dos casos, a trajetória ativista dos burocratas estatais inicia-se antes de suas carreiras no Estado.

Em Belo Horizonte, a institucionalização da agenda do movimento negro e do movimento feminista propiciou que ativistas destes movimentos pudessem ocupar cargos nas estruturas do Estado. Destaca-se que os saberes acumulados pela prática do ativismo permitiam que as representantes dos movimentos tivessem um conhecimento diferenciado e específico para tratar demandas sob a forma de implementação de políticas públicas.

O exemplo mais notório observado em Belo Horizonte é a criação da Secretaria Municipal de Assuntos para Comunidade Negra (SMACON), em 1998, cuja secretária foi a conhecida militante do movimento negro e do movimento feminista negro da cidade, Diva Moreira, que se tornou a primeira mulher negra a ocupar um cargo no primeiro escalão do governo municipal, iniciando a implementação das políticas específicas para a comunidade negra. As mulheres negras sempre estiveram à frente da gestão das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Belo Horizonte, demonstrando a intersecção raça e gênero na definição das políticas.

A partir de 2017, o órgão passou a ter o *status* de Diretoria, passando a denominar-se Diretoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Em 2021, foi incluída a palavra REPARAÇÃO e a diretoria passou a se chamar Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial, conforme explica a Entrevista 4:

No início de 2021, entra a palavra reparação, que não é só uma palavra. Estamos trabalhando no sentido de que as políticas sejam implementadas no campo reparatório (...). Já vinham sendo feitas políticas de reparação, só que agora estão explícitas nas competências do órgão e tem que fazer, pensar, executar, transversalizar políticas reparatórias. (Entrevistada 4).

À frente da gestão atual está uma mulher de tradição de matriz africana e militante, cuja tarefa é defender e inserir na agenda das políticas formuladas pela diretoria as pautas e demandas das comunidades tradicionais, dos indígenas, dos ciganos e dos povos de matriz africana em Belo Horizonte. A Diretoria de Política para Mulheres, de 2017 a 2020 também foi ocupada por militante do movimento feminista negro em Belo Horizonte.

Um dos efeitos da ocupação de cargos na burocracia por ativistas de movimentos sociais é ampliar a representatividade de segmentos sociais por vezes negligenciados nas políticas de caráter universal.

Em contextos favoráveis a uma gestão mais participativa, a aproximação com os movimentos sociais favorece, por um lado, a construção coletiva, a receptividade e o acolhimento das pautas apresentadas e, por outro lado, a colaboração dos segmentos que se sentem representados.

Contudo, como indicado pelas entrevistas, é desafiador ser uma mulher negra no espaço institucional. No que se refere ao enfrentamento do racismo institucional, em uma estrutura de governo pensada e operacionalizada por pessoas brancas, poderia ser definido o conceito “a solidão da mulher negra nos cargos de gestão” e para fazer frente a esta solidão, as mulheres negras gestoras devem construir um projeto político de forma coletiva, cer-

cadadas por uma “legião de mulheres negras”. “Ser um corpo feminino e preto num espaço tão hostil, por si só, já é um ato de militância e de resistência”, aponta a Entrevista 1 e isto se revela no fazer “militante-institucional.”

Outro desafio apontado é ter como premissa a interseccionalidade entre classe, raça e gênero para se formular as políticas. Mesmo que haja a abertura da gestão, os racismos estruturais e institucionais estão presentes. Neste sentido, é necessário e importante que ativistas ocupem os espaços de tomada de decisão, justamente por terem o conhecimento das demandas, e estarem atentas à capacitação técnica na gestão pública, a fim de romper com a estigmatização e a imagem de não serem profissionais, por serem militantes. Este ponto fica evidente neste relato:

O lugar da gestão pública junto com o ativismo e com a militância é muito difícil, porque, além de existir uma ideia de que a militância é ignorante e apaixonada, existem estigmas e enquadramentos da militância que são muito pejorativos. Como se as pessoas que estão dentro da militância não tivessem conhecimento técnico e habilidade política, inclusive, para dizer o que estão dizendo (Entrevista 1)

A partir das experiências identificadas, pode-se observar que as militantes do movimento feminista negro em Belo Horizonte, que ocupavam cargos na burocracia, demonstraram que, para além de um posicionamento técnico, elas levavam seus posicionamentos políticos para os órgãos que ocupavam. Este fenômeno se alinha ao que Abers e Büllow (2011:65) detectaram como sendo um padrão observado na intersecção dos movimentos sociais com o Estado que é “a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais”. Ou, como

apresentado por Rech e Silva (2016), como “ativismo institucional” em que “os ativistas institucionais são participantes de movimentos sociais que ocupam *status* formais dentro de governos e que buscam os objetivos do movimento social através de canais burocráticos convencionais” (Rech, Silva, 2016:375).

Desta forma, o repertório de ocupação de cargos na burocracia vem sendo utilizado pelas feministas negras como estratégia de aproximação com o Estado, com vistas a influenciar as políticas por dentro das estruturas da gestão pública. Vale ressaltar que este repertório representa uma conquista da luta histórica dos movimentos sociais, fruto do processo de incidência política, quando o Estado passa a reconhecer o racismo e o machismo, a propor políticas de enfrentamento a estas opressões e a incorporar em seus quadros militantes com reconhecida qualificação e legitimidade frente aos movimentos.

### Ocupação política

A interação com o Estado, por meio da ocupação política partidária, tem sido mais um repertório explorado pelo feminismo negro na intencionalidade de ocupar espaços de poder, ampliar a representatividade e transformar bandeiras de lutas em políticas públicas. Conforme aponta Costa (2021:16-17):

O novo protagonismo que as mulheres negras expressam na política entende que não haverá justiça social enquanto a elaboração de leis e de políticas públicas for um monopólio de homens brancos (que compõem a minoria da sociedade brasileira), direcionadas para uma população majoritariamente negra e feminina.

No campo da representação política em cargos legislativos, a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte não acompanha o pioneirismo da cidade, em termos de luta pela igualdade racial. Apenas em 2016 a cidade elegeu a primeira vereadora negra e em 2020, foram duas mulheres negras eleitas.

Em Belo Horizonte, as ativistas do movimento feminista negro que têm ocupado a Câmara Municipal de

Belo Horizonte, com o cargo de vereadora têm buscado, pela via da representação política, inserir as pautas de defesa das mulheres negras, trabalhadoras, LGBTQIA+, das comunidades, em uma perspectiva interseccional.

Tal como foi apontado no repertório de ocupação de cargos na burocracia, uma ativista do movimento feminista negro que ocupa um cargo na política institucional possui maior aproximação para entender e acolher as demandas da população, até porque essas demandas são as suas bandeiras de luta e compõem as plataformas de campanha. As experiências acumuladas na militância tornam-se ativos políticos, quando da proposição dos projetos e na pressão sobre o Executivo Municipal. No relato abaixo, a Entrevista 6 aponta o processo de mobilização e tramitação do projeto de lei que institui o auxílio emergencial no contexto das políticas de proteção social em função da pandemia da COVID 19:

Para mim, foi uma conquista muito grande, uma forma de aproveitarmos o nosso acúmulo, de movimento social, de combate à fome para pautar [o projeto de lei]. Fizemos abaixo-assinado, fizemos ato na porta da Prefeitura. Precisou de muita pressão e eu acho que soubemos utilizar esses aprendizados que vêm dos movimentos sociais para poder pressionar e conseguir esse auxílio (Entrevista 6)

Neste sentido, as pautas trazidas para o debate público e para a proposição de projetos de lei alinham-se às demandas do movimento que representam. Na percepção das entrevistas, a ocupação de cargos políticos e de tomada de decisão é importante para a implantação de um projeto de sociedade mais justo, inclusivo e democrático. Contudo, a maior visibilidade expõe as mulheres à violência. O espaço da política institucional é extremamente hostil às mulheres negras, o que torna desafiador o exercício desse repertório. Além de transpor todas as barreiras do racismo e do machismo para ocupar estes espaços, é preciso traçar estratégias de permanência e de combate à violência política de gênero e raça.

A partir da análise dos repertórios pode se observar como o movimento feminista negro de Belo Horizonte atuou e interagiu com o governo local, incidindo na formulação e implementação de políticas públicas em variados setores. A incidência nas políticas, a partir do relato da vivência das entrevistadas, se deu em diversas áreas, tais como assistência social, meio ambiente, educação, políticas de igualdade racial, direitos das mulheres, demonstrando uma abrangência para além de espaços e políticas dedicadas exclusivamente aos temas de desigualdade de gênero e étnico-racial. A incidência ocorreu também por meio da atuação das ativistas do movimento como gestoras nas secretarias, como técnicas de diretorias específicas, também por meio do exercício parlamentar. Nesses lugares e posições, conseguiram pautar melhorias ou proposições nas políticas para mulheres, em geral, ou com recortes voltados para as mulheres negras em particular. Foram realizadas mudanças na forma de operação das políticas públicas, com a criação de novos serviços e ações, como por exemplo os serviços e equipamentos (casas abrigo e centros de apoio) para mulheres em situação de violência. Foram inseridos temas interseccionais nos Planos Municipais de Equidade de Gênero e de Igualdade Racial. Foram realizadas ações diversas para trazer as questões da igualdade racial e de gênero para a agenda pública, como por exemplo a reativação da Comissão da Juventude Negra, criação de programas de formação para servidores públicos, abertura dos parques para rituais das religiões de matriz africana, criação de conselhos e de formas de ampliação do acesso da população negra aos bens e serviços culturais e ambientais.

Pode-se observar que, por conhecerem as necessidades das mulheres negras, por vivenciarem estas necessidades, as entrevistadas demonstram ter sensibilidade nas questões e souberam utilizar o espaço de colaboração com o poder público de Belo Horizonte e as experiências e aprendizados obtidos nos movimentos dos quais participavam para institucionalizar suas demandas por meio de políticas públicas. A ocupação de espaços estratégicos, na gestão e nos processos decisórios, por parte do movimento feminista negro, é fundamental para fortalecer a perspectiva da interseccionalidade na agenda pública. As vivências e experiências das mulheres ativistas, aliadas ao

seu posicionamento nas estruturas de poder, possibilitariam a formulação de políticas públicas mais aderentes às necessidades e demandas dos movimentos e da população, sendo estas mais inclusivas, reparadoras e democráticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou o movimento feminista negro de Belo Horizonte, buscando compreender as dinâmicas de interação com o poder público local, utilizando-se as concepções de repertórios de ação coletiva e de interação e de interseccionalidade, identificados, sobretudo, a partir dos relatos de seis mulheres negras entrevistadas, integrantes deste movimento.

Mostrou-se que o movimento feminista negro em Belo Horizonte possui trajetória pulsante e ativa e que, além de uma reconhecida tradição participativa, a cidade tem destaque na história da luta antirracista e na implementação de políticas de igualdade racial.

As mulheres negras da cidade de Belo Horizonte por seu ativismo e militância no movimento feminista negro, vêm incidindo para que as políticas públicas na cidade tenham uma perspectiva interseccional. Por sua capacidade de auto definição, empoderamento e reconhecimento de identidades individuais e coletivas, mulheres negras ativistas marcaram/marcam um posicionamento político, amparado em saberes ancestrais, culturais, educacionais e estéticos.

Identificou-se que o movimento feminista negro em Belo Horizonte utilizou os seguintes repertórios de ação e de interação com o Estado: a) organização e participação na Marcha das Mulheres Negras em 2015; b) atuação das ativistas no Orçamento Participativa e nos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos das Mulheres; c) atuação das ativistas em órgãos públicos nas diretorias das Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos da Mulher; d) candidatura à vereança em 2020.

Tem-se também, pelo relato das entrevista, os efeitos destas ações coletivas e interações com o Estado na produção de políticas públicas: que mulheres negras atuantes e comprometidas com os problemas de sua comunidade, ocupando espaços políticos estratégicos, mobilizam a agenda com sensibilidade e conhecimento de causa e implantam novas ações e serviços, alteram rotinas e processos, criam instituições e lutam permanentemente contra o racismo estrutural e institucional.



Neste artigo, a incidência em políticas públicas foi abordada a partir da percepção das mulheres entrevistadas. Deve-se apontar para o limite desta abordagem, pois não considera a percepção e atuação de outros atores envolvidos no processo da formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas. Contudo, abre-se uma interessante agenda de pesquisa, com vistas a aprofundar na temática dos efeitos da incidência política a partir da interação, interlocução e pressão dos movimentos sociais sobre os poderes públicos, incluídos os poderes legislativo e judiciário.

Buscou-se contribuir para o registro histórico do movimento feminista de Belo Horizonte, bem como contribuir, em termos analíticos, para os estudos empíricos dos movimentos sociais, sobretudo aqueles que buscam analisar os efeitos do posicionamento colaborativo dos movimentos sobre as políticas públicas.

Em termos de desafios e perspectivas para o movimento feminista negro de Belo Horizonte apontam-se os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre as mulheres negras, que foram impactadas pela fome, desemprego, trabalhos precários e sobrecarga dos trabalhos de cuidados. Santos et al (2020) apresentam estudo em que se evidencia as assimetrias produzidas pela crise sanitária global sobretudo na realidade brasileira em que as desigualdades sociais são atravessadas pelas desigualdades de gênero e raça. Ressalta-se, neste sentido, a necessidade de reorganização, de se explorar ações de autocuidado e autoamor, como estratégias de sobrevivência, de forma assertiva e coletiva, bem como destacar a atuação das lideranças negras em seus territórios.

As mudanças e as transformações da sociedade requerem novas práticas e apontam perspectivas. Neste sentido, a juventude negra vem trazendo novas linguagens, por meio dos ativismos digitais, em uma dimensão afrofuturista, que “é a possibilidade de ver preto, vivendo num futuro feliz, respeitado, trabalhando, com direitos garantidos”, conforme as palavras da Entrevista 3. Contudo, não se pode esquecer que “Nossos passos vêm de longe” como nos ensina Jurema Werneck (2010). Mas “vêm de longe, onde? ”, provoca a Entrevista 2. Vêm das ancestrais que lutaram, desde os primeiros navios negreiros, que lideraram fugas, que se aquilombaram, que organizaram, há quarenta anos, um movimento próprio para falar por si com autonomia, assumindo os riscos que esta autonomia implica (González, 2020), e continuam resistindo para que o Brasil possa vir a ser o país do bem-viver. “Respeite quem pode chegar onde a gente chegou”, ela completa.

Há 40 anos, o movimento negro usou a estratégia “vou aprender a ler para ensinar meus camaradas”. Naquele momento, precisava-se de pedagogas, psicólogas e assistentes sociais para que estas pudessem colocar sua formação acadêmica a serviço do movimento negro, em uma estratégia política. Hoje, para avançar na luta antirracista na perspectiva das políticas públicas, precisamos de mulheres negras que entendam de economia, de administração pública, que estejam preparadas para ocupar espaços ainda pouco explorados por mulheres negras. Para isso se concretizar, é preciso capacitação e pressão para estar nestes espaços, conforme foi apontado pelas entrevistadas.

É um dos desafios que se coloca para o avanço da administração pública, pois, espaços estratégicos de poder ainda não são concedidos às pessoas negras. São conquistados e esta conquista precisa ser sustentável, resistente a retrocessos e com potencial de avanços, com investimentos na formação das mulheres e na criatividade para utilizar outros repertórios de interação com o Estado. Mais além, ainda no âmbito institucional mostra-se essencial ampliar e fortalecer os espaços e práticas de participação institucionalizada, que possibilitem o trânsito de sua agenda interseccional para a concepção das políticas públicas e para a sua efetividade.

Dentre os inúmeros desafios centrais que se colocam para o movimento feminista negro tem-se a sustentação de um repertório de ação amplo, que inclui formas de ação coletiva extrainstitucionais e contestatórias bem como formas de interação e de cooperação com o Estado, lastreada pela construção e difusão de suas pautas.

Neste sentido, de forma mais ampla, os diversos espaços institucionais e não institucionais de debate sobre gestão pública e políticas públicas têm papel fundamental para fomentar a compreensão acerca das opressões de gênero e raça nas estruturas e processos sociais e institucionais. Essa percepção da interseccionalidade é não apenas o fundamento do movimento feminista negro como também a base para a formulação de ações transversais, envolvendo distintos setores de políticas públicas no combate às desigualdades.

Por fim, em alusão à mulher negra inspiradora, Marielle Franco, após quatro anos do seu brutal feminicídio político, que segue sem solução. Em seu último discurso na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro, sentenciou: “Nós, mulheres negras, não seremos interrompidas”. E, assim, seguimos!

## Referências:

- Abers, R., Bülow, M. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ed. 28, p. 52-84. DOI 10.1590. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>. Acesso em: 9 out. 202.
- Abers, R., Serafim, L., Tatagiba, L. (2014). Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, p. 325-357.
- Akotirene, C. *Interseccionalidade*, (2019). São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen.
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76, p 49-86.
- Alonso, A. (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociologia & Antropologia* v.02.no 03, p. 21 – 41.
- Almeida, C. S. (2020). *Feminismo Negro: Luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil*. 1 ed. Belo Horizonte: Dialética.
- Assis, D. (2020). *Dos navios negreiros aos porões da democracia: Olhares de mulheres negras sobre a construção de uma agenda de políticas públicas no Brasil*. Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Londrina/PR. DOI: 10.5433/SGPP.2020v6p3. Disponível em: <<http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/issue/view/anais-iv-sgpp>>. Acesso em: 17 fev.2022.
- Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, [s. l.], v. 14, ed. 1, p. 43-64. DOI 10.1590. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100002>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- Azevedo, S., Abranches, M. (2001). *Participação, ação coletiva e conselhos setoriais: O caso da região metropolitana de Belo Horizonte*. Anais do XXV Encontro Anual Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais - Anpocs. Caxambu/MG, Disponível em <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st17-4/4654-azevedo-abranches-participacao/file>. Acesso em 15 jan. 2022.
- Bardin L. (1977). *L'Analyse de contenu*. Editora: Presses Universitaires de France.
- Carneiro, S. (2019). *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen.
- Casemiro, D.; Silva, N. (2021). Teorias interseccionais brasileiras: precoces e inominadas. *Revista de Ciências do Estado*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–28. DOI: 10.35699/2525-8036.2021.33357. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e33357>>. Acesso em: 25 set. 2021.
- Collins, P. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1 ed, São Paulo: Boitempo.
- Collins, P., Bilge, S. (2021) *Interseccionalidade*. Trad Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo.
- Costa, A. (2021). *Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência*. In: LOURENÇO, Ana Carolina, FRANCO, Anielle. A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras. São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, (1992). The concept of social movement. *Sociological Review*, Keele, UK, n. 40.
- Diani, M. Bison, I. (2010). Organizações, Coalizões e Movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, pp. 219-250.
- Dias, L., Araújo, N.O (2021). O feminismo negro dessempehando um papel político na reeducação brasileira. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7,n.9.
- Gohn, M. (2002). *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3 ed. São Paulo: Loyola.
- González, L.(2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (orgs). Lélia González. *Por um feminismo afro latino americano*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Instituto Marielle Franco. *Violência Política de Gênero e Raça no Brasil - 2021: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas*. Disponível em <https://www.violenciapolitica.org/>. Acesso 19 de fev de 2022.
- Lemos, R. (2016). *Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: Uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social.

- Monagreda, J. (2018). Mulheres negras na institucionalização de políticas contra o racismo e o sexismo: trajetórias e desafios de uma agenda em aberto. In :MATOS,
- Marlise. ALVAREZ, Sonia (orgs). *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres?*, vol 2. Porto Alegre: Zouk.
- Pereira, M.; Silva, C. (2020). Movimentos sociais em ação: Repertórios, escolhas táticas e performances. *Sociologia & Antropologia* [online]., v. 10, n. 2, p. 615-645. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10212>>. Acesso em: 12 out. 2021
- Rech, C.; Silva, M. (2016.). *Ativismo Institucional como categoria analítica para o estudo das práticas políticas dos movimentos sociais no Brasil*. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, Aracaju/SE, Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12924/2/AtivismoInstitucionalCategoriaAnalitica.pdf>>. Acesso 19 jan. 2022.
- Rios, F., Perez, O. Ricoldi, A. (2018). Interseccionalidade contemporâneo. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.22 n.40, p.36-51, jan./jun..
- Rodrigues, C. Prado, M. (2010). Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. *Psicologia & Sociedade*; 22 (3) p. 445-456.
- Rodrigues, C.; Freitas, V. (2021). Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 34, e238917, pp 1-54,.
- Santos, M. et al. (2020). População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados* [online]., v. 34, n. 99 [Acessado 23 Abril 2022] , pp. 225-244. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>>. Epub 10 Jul 2020. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>.
- Scherer-Warren. Ilse (2007). Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo. *História; Debates e Tendências*. v 7. n 2 jan/jun.
- Silva, M. Ladeira, C. Brasil, F. (2021). *Movimento Feminista e interseccionalidade: Uma abordagem a partir dos repertórios de ação e interação com o Estado*. In: Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Anais.Brasília(DF) Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/enepcp2021/362619-MOVIMENTO-FEMINISTA-E-INTERSECCIONALIDADE--UMA-ABORDAGEM-A-PARTIR-DOS-REPERTORIOS-DE-ACAO-E-INTERACAO-COM-O-ESTAD>>. Acesso 23 fev. 2022.
- Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. New York: Random House.
- Tilly, C.( 2010). Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, pp. 133-160.
- Werneck, J. (2010). Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun.. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303>. Acesso 02 jul. 2021.